



## CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA SOCIAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE DIREITO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS IMAGENS DA JUSTIÇA

ELIADA MAYARA ALVES KRAKHECKE<sup>1</sup>; LUCAS PACHECO BRUM<sup>2</sup>; FRANCELÍA BIANQUIN GRIGOLETTO PAPALIA<sup>3</sup> MARIA CECÍLIA LOREA LEITE<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – eliadamayara@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – lukaspachecobrum@yahoo.com

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – franpapalia@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – mclleite@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo<sup>1</sup> surge do acervo de imagens da justiça pertencente ao Grupo de Pesquisa Laboratório Imagens da Justiça<sup>2</sup>, que tem como sede institucional a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), como elemento de estudo para a investigação sobre o currículo e a pedagogia jurídica. Nele, pretende-se discutir a justiça social como elemento norteador da produção curricular do curso de Direito, a partir de uma análise comparativa de duas imagens criadas por uma docente e um docente do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Cabe pontuar, que as imagens analisadas neste estudo foram produzidas no contexto do projeto de pesquisa “Imagens da justiça, representações curriculares e pedagogia jurídica: Um estudo comparativo”, iniciado em 2021, que dá continuidade a investigações anteriores. No âmbito desse projeto, docentes dos cursos de Direito foram convidados a criar representações visuais sobre justiça, sem recorrer à linguagem verbal.

A perspectiva trazida por Corazza (2001, p. 9) ao “conceber um currículo como uma linguagem”, como conjunto de “signos” agenciados nos tempos e espaços em que é construído e pelos “significantes, significados, sons, imagens, conceitos, falas, língua, posições discursivas, representações, metáforas, metonímias, ironias, invenções, fluxos, cortes”, tangencia a pesquisa e essa discussão.

Os currículos são constituídos em processos de produção curricular, mediante a atuação de diferentes comunidades epistêmicas, em cada contexto político atravessado por forças que forjam permanências ou transformações na vida social. Assim, comprehende-se que o currículo se constitui enquanto dispositivo político e pedagógico de formação e atuação profissional dos/as bacharéis em Direito, e pode conter em si a produção ou transformação, funcionando por meio de práticas de interpretação e/ou tradução mobilizadas nas disputas pelo controle na atribuição de sentidos ao currículo como texto, o que inclui concepções sobre a justiça social. Ou seja, o currículo se configura como um discurso da política curricular (LOPES, 2006; 2018; BALL, MAGUIRE; BRAUN, 2016; MAINARDES, 2018).

Dessa forma, responsabilidades políticas, sociais e éticas se apresentam aos intelectuais e às comunidades epistêmicas que atuam nas distintas esferas de produção curricular. Esses agentes têm o papel crucial de se engajar na produção

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup>O Laboratório Imagens da Justiça é um Grupo de Pesquisa composto pela experimentação e compartilhamento de estudos de imagens (desenho, fotografia, cinema, literatura, séries televisivas, games, pintura, dentre outros) como elementos de análise de currículos de cursos de graduação, realizado por pesquisadores/as de diversas áreas como Educação, Direito e Artes Visuais, vinculados tanto a instituições de nível nacional quanto internacional (ALVES; SALLET; BRUM; HENNING; LEITE, 2021).

das políticas curriculares de forma crítica e reflexiva, questionando os regimes de verdade majoritários e buscando incorporar nos currículos a pluralidade de demandas em jogo. Destaca-se a importância de estudos que entrelacem currículo, educação jurídica e justiça social, entendendo a universidade como um espaço democrático, em que a multiplicidade de vozes se faz ouvir (DIAS, 2014).

Fraser (2002), ao discutir a justiça no contexto da globalização, alerta para a necessidade de ampliar a compreensão desse conceito. A autora argumenta que, embora a distribuição justa de recursos seja fundamental para a justiça social, é igualmente essencial o reconhecimento das diferenças culturais e humanas, de modo a garantir uma participação social plena, na qual os cidadãos se sintam verdadeiramente parte da totalidade social. A autora adverte sobre o risco de que o foco exclusivo nas lutas por reconhecimento possa obscurecer ou enfraquecer as demandas por redistribuição econômica, especialmente no contexto do neoliberalismo ascendente. Dessa forma, a autora propõe uma concepção bifocal da justiça, que integra tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, ressaltando que cada uma dessas dimensões é insuficiente por si só, mas, em conjunto, oferecem uma compreensão completa da justiça social.

Com base nessas prerrogativas, este trabalho apresenta uma análise comparativa fundamentada no método documentário de interpretação (Bohnsack, 2007; 2020). O objetivo é analisar e comparar duas imagens produzidas por uma docente e um docente do curso de Direito da UFRGS, promovendo novas reflexões mediadas pelos estudos de autores/as que abordam a temática curricular, a pedagogia jurídica e a justiça social, sob uma perspectiva teórico-epistemológica pluralista.

## 2. METODOLOGIA

A análise comparativa das imagens de justiça foi realizada utilizando o método documentário de interpretação, conforme os estudos de Bohnsack (2007; 2020). Esse método, originalmente proposto pelo sociólogo Karl Mannheim, é ainda pouco explorado nas ciências humanas, especialmente no que se refere ao estudo das imagens.

Conforme apontam Leite, Cunha e Brum (2023), os níveis de análise das imagens favorecem uma interpretação mais profunda do objeto de estudo e de seus elementos. Essa abordagem facilita a compreensão da visão de mundo dos autores e suas imersões, contribuindo “com elementos que possibilitam compreender os currículos e as perspectivas sobre a justiça das e dos docentes” (LEITE; CUNHA; BRUM, 2023, p. 154). Assim, essa abordagem proporciona elementos que possibilitam compreender os currículos e as perspectivas sobre a justiça social pelas comunidades epistêmicas - docentes, discentes e outros atores - que atuam nas distintas esferas de produção curricular.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira imagem (Figura 1) mostra duas figuras conectadas por um objeto verde, que pode simbolizar a justiça ou os recursos necessários para alcançá-la. A relação entre as duas - o homem à esquerda, de pele negra, e a mulher à direita, de pele clara - parecem estar em posições desiguais. A escolha de suas representações visuais, com o homem trajando uma camiseta vermelha e a mulher uma camiseta azul, pode remeter a desigualdades estruturais que afetam de maneira distinta as diferentes raças e gêneros. A separação física que impede o

contato direto entre os personagens pode ser vista como um reflexo das barreiras sociais impostas por esses fatores e as relações de poder que emergem dessas desigualdades. Entretanto, ambos seguram grandes colheres, que poderiam simbolizar os instrumentos de ação para a redistribuição de recursos e oportunidades.

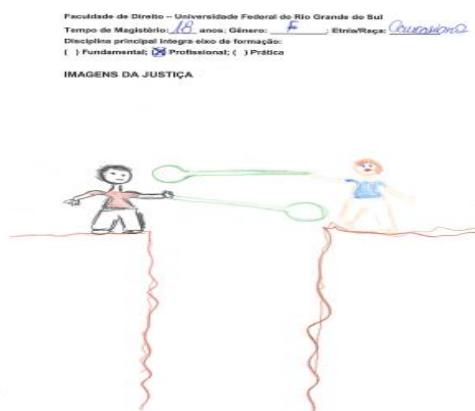


Figura 1. Imagem produzida por docente do eixo profissional do curso de Direito, com dezoito anos de magistério.

Fonte: Acervo pessoal do Laboratório Imagens da Justiça, 2018.

A imagem, ao sugerir uma possível aproximação entre os personagens por meio das colheres, reflete a concepção da professora sobre uma justiça que não pode ignorar as desigualdades e deve acolher as demandas provenientes dos grupos sociais que reivindicam justiça social. Nesse contexto, a prática pedagógica da professora permite compreender o jogo de disputas e articulações que são mobilizadas nos processos de produção curricular, os quais tendem a privilegiar algumas demandas em detrimento de outras. Assim, surge a necessidade de repensar a estrutura curricular tradicional e dogmático do Direito.



Figura 2. Imagem produzida por docente do eixo profissional do curso de direito, com vinte anos de magistério.

Fonte: Acervo pessoal do Laboratório Imagens da Justiça, 2018.

Na percepção do senso comum, pode-se afirmar que o desenho feito pelo professor representa uma balança ao lado do poder judiciário (fórum). Sabe-se que a balança é um ícone da justiça e/ou do poder judiciário. A balança inclinada

simboliza um sistema que não distribui justiça de forma justa ou balanceada, e a desproporção entre os objetos e as pessoas indica a disparidade entre o poder das instituições e a vulnerabilidade da população. Entretanto, o docente não apresenta na imagem uma concepção de justiça que considere as desigualdades sociais e econômicas, interseccionadas com fatores culturais.

#### 4. CONCLUSÕES

O estudo enfatiza a necessidade de repensar as bases científicas teórico-epistemológicas, pedagógicas e sociais que sustentam o currículo, defendendo que as comunidades epistêmicas devem refletir sobre uma pedagogia jurídica mais alinhada às demandas contemporâneas por justiça social. Isso envolve não apenas políticas afirmativas de acesso para grupos minoritários e camadas populares, mas também promover um ensino jurídico que considere os fatores econômicos e as desigualdades sociais, interseccionadas com fatores culturais, marcadores de classe, raça, gênero, sexualidade, étnico-raciais e territoriais. De modo que se entenda que as políticas distributivas e de reconhecimento fortalecem o acesso aos bens sociais e educacionais, favorecendo a construção de uma sociedade com justiça social.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, E. M. C. S.; SALLET, B. H.; BRUM, L. P.; HENNING, A. C. C. LEITE, M. C. L. Laboratório Imagens da Justiça. In: **20<sup>a</sup> Mostra da Produção Universitária – MPU**, 2021. Anais da 20 Mostra de Produção Universitária - MPU. RioGrande/RS: FURG, 2021. p. 1-3.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BOHNSACK, R. A interpretação de imagens e o método documentário. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 286-311, jun./dez. 2007.
- BOHNSACK, R. **Pesquisa social reconstrutiva.** Introdução aos métodos qualitativos. Petrópolis: Vozes, 2020.
- CORAZZA, S. **O que Quer um Currículo?** Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DIAS, R. D. **Relações de poder e controle no currículo do Curso de Direito da FURG.** 2014. 349 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2014.
- FRASER, N. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, p. 7-20, ou. 2002.
- LEITE, M. C. L; CUNHA, N. F.; BRUM, L. P. Imagens da justiça e concepções curriculares de cursos de direito: Uma análise comparativa entre imagens. **REVISTA PEDAGOGÍA UNIVERSITARIA Y DIDÁCTICA DEL DERECHO**, v. 10, p. 173-190, 2023.
- LOPES, A. C. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 33-52, jul/dez. 2006.
- LOPES, A. C. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R.; OLIVEIRA, G. G. S. (org.). **A teoria do discurso na pesquisa em educação.** Recife: Editora UFPE, 2018. p. 129-168.
- MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 12, n. 16, p. 1-19, 2018.